

## **Evandro Coura e Alacir Borges Schmidt, da ABCE: Questão ambiental: uma prioridade do setor elétrico**

**O grande desafio de todos os envolvidos é viabilizar a implantação de projetos com compensação ambiental e mitigação de impactos adequada**

Evandro Coura e Alacir Borges Schmidt\*, Artigo, para a Agência CanalEnergia, Meio Ambiente  
19/4/2005

A questão ambiental é uma das linhas de ação prioritárias da Associação Brasileira das Concessionárias de Energia porque se relaciona com todos os segmentos da concessão de energia elétrica, além de ser primordial para o desenvolvimento sustentado do país.

O conceito da concessão se materializa no contrato de duração de 20, 30 anos, contrato este que visa equilibrar as condições do serviço e as obrigações, com os direitos da concessionária. É um contrato que vigora por muito tempo, tendo que enfrentar mudanças na legislação, mudanças da conjuntura, de governo etc.

Espera-se, entretanto, que as condições fundamentais estabelecidas na assinatura de qualquer contrato sejam respeitadas. E aí, devem estar incluídas, aquelas afetas ao meio ambiente.

Atualmente, quando um empreendedor vence uma licitação e assina um contrato de concessão não sabe, na verdade, se o equilíbrio de direitos e obrigações vai manter-se, em função, entre outros aspectos, das exigências ambientais.

Na consecução de todas as licenças e autorizações, os relacionamentos obrigatórios do empreendedor vão além dos órgãos próprios do setor, como Aneel, responsável, por exemplo, pela consecução da Declaração de Utilidade Pública do empreendimento; a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que obtém a licença prévia ambiental; e o próprio Ministério de Minas e Energia, que é o Poder Concedente.

Para transformar seu empreendimento em realidade, o investidor tem de tratar das questões específicas ligadas à preservação da natureza com o Ministério do Meio Ambiente, órgãos estaduais e municipais do meio ambiente, que também licenciam e são ouvidos nos licenciamentos de competência do Ibama, responsável pelas licenças, fiscalização e autorizações.

E mais: Poder Judiciário, Ministério Público, ONG's, populações impactadas pelos empreendimentos, FUNAI, a fundação que protege áreas indígenas; Instituto do Patrimônio Histórico, IPHAN, e outras entidades que podem suspender ou, a qualquer momento, obstar o processo de licenciamento, paralisando o empreendimento e comprometendo seu cronograma.

A realidade para o empreendedor é a de que ao longo da implantação do empreendimento surgem custos imprevisíveis. A cada licença requerida ou renovação de licença existente surgem condicionantes novas que acrescentam custos não considerados e que poderiam ter sido indicados no início do processo, ou seja, na licença prévia, que ocorre antes da licitação da concessão. É o caso, por exemplo, da determinação de reabertura de cadastro da população atingida como condicionante da Licença Ambiental de Instalação.

Outro ponto relevante e que afeta sobremaneira os empreendimentos é a onerosidade excessiva na atribuição dos valores de compensação ambiental, fixada pelos órgãos licenciadores ambientais, em índices muito acima dos praticados por mais de uma década pelo setor.

Nossas sugestões para melhorar de imediato o processo são aparentemente simples, ou seja, precisamos de critérios estabelecidos antes da concessão.

Ao participar de uma licitação, o empreendedor precisa saber quais serão seus custos e quais medidas compensatórias serão atribuídas ao empreendimento quanto ao meio ambiente, para poder fazer uma proposta realista, que lhe dê certa segurança quanto à previsibilidade da manutenção do equilíbrio do contrato de concessão que vai assinar.

Um ponto positivo a considerar é a boa vontade por parte dos empreendedores em negociar, ajustar e fazer o máximo esforço dentro dos processos de licenciamento ambiental, para viabilizar os empreendimentos, mesmo diante dos problemas acima descritos.

A ABCE realizará em breve um evento que mostrará estas ações positivas por parte das concessionárias. Cabe ressaltar, também, a boa vontade dos órgãos licenciadores ambientais e de áreas afetas do governo, em aprimorar os processos. Exemplo disto é o esforço do Ministério de Minas e Energia na obtenção das licenças prévias para os novos empreendimentos.

O grande desafio de todos os envolvidos é viabilizar a implantação de empreendimentos com compensação ambiental e mitigação de impactos adequada, gerando o menor dano possível ao meio ambiente e promovendo o desenvolvimento do país.

Essa é uma questão desafiadora que precisa de muito consenso, união de esforços e trabalho conjunto para ter a solução adequada. Teremos que criar uma maneira de trabalhar entre todas essas organizações para que os projetos não sejam inviabilizados. Nós, da ABCE, esperamos estar contribuindo para isto.

**Evandro Coura é presidente da ABCE (Associação Brasileira de Concessionárias de Energia) e Alacir Borges Schmidt é advogada e coordenadora do Comitê de Meio Ambiente da ABCE.**